

Editorial

Esta décima edição da REVISTA DA PGFN conta com nove artigos elaborados por Procuradores da Fazenda Nacional. Oito trabalhos foram selecionados pelo Comitê Avaliador, composto por mestres e doutores, utilizando a avaliação duplo-cega, também chamada de “blind-review”. O nono trabalho resulta de convite formulado pelos editores da publicação.

Marcelo Kosminsky trata da penhora de ativos financeiros do devedor concomitantemente com a citação inicial, nos termos da Lei n. 8.212, de 1991. Em artigo escrito na língua espanhola, Luiz Mathias Rocha Brandão discorre sobre a aplicação dos princípios constitucionais na resolução administrativa de conflitos de natureza tributária. A antecipação de garantia e a suspensão da exigibilidade de créditos tributários por decisão judicial foi a temática desenvolvida por Eduardo Augusto Coelho de Santana. A análise do sistema tributário pela tipologia de Theodore Lowi, considerando a política tributária como política pública, foi realizada por Daniel Telles de Menezes. O Regime Diferenciado de Cobrança de Créditos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e sua relação com a inovação na Administração Pública foi o tema desenvolvido por Paulo Roberto de Sousa Cardoso. A repercussão, na atuação da Advocacia Pública, da força do precedente prevista no novo Código de Processo Civil foi tratada por Tiago da Silva Fonseca. O trabalho subscrito por André Luís Durigon versa sobre o regime tributário da remuneração dos sócios de pessoa jurídica. O artigo conjunto de Bruno Menegat e Rafael Folador discute a cobrança de créditos fiscais de empresas em recuperação judicial, inclusive com uma análise crítica da jurisprudência.

Everaldo Souza Passos Filho, Guilherme Lazarotti de Oliveira e Gustavo Franco Raulino, como colaboradores convidados, destacam a relevante atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em favor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dos trabalhadores.

Assim, seguindo a tradição das edições anteriores, o presente número da REVISTA DA PGFN aborda temas de extrema relevância científica e prática, colaborando de forma significativa para um debate de altíssimo nível em torno das questões jurídicas relacionadas com a atuação funcional dos integrantes da instituição.